

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo:** SIPE nº 178105/2026.

**Contratação:** Gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027 (Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027).t

**Órgão demandante:** Município de Itajaí — Secretaria Municipal de Turismo e Eventos (SETUR).

**Modalidade:** Concorrência, regida pela Lei nº 14.133/2021.

**Critério de julgamento:** Técnica e Preço — ponderação 60% técnica / 40% preço.

**Modo de disputa:** Fechado.

**Regime de execução:** Empreitada por preço global, com remuneração parametrizada por custo per capita aferido.

**Valor estimado:** R\$35.440.250,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta reais).

**Documentos vinculados:** Documento de Formalização da Demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Matriz de Critérios de Avaliação (MCA); Matriz de Riscos; Indicadores de Desempenho (KPIs); Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (POP); Estimativas da Contratação (Memória de Cálculo).

**Data de elaboração:** 09 de junho de 2026.

**Base normativa:** Lei nº 14.133/2021, arts. 6º, XXIII; 18, IV; 36, §1º, V; 40; 47; 56, I; e demais dispositivos aplicáveis. Decreto Municipal regulamentador.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços técnicos especializados de gestão integrada dos eventos oficiais que compõem o calendário do Município de Itajaí no ciclo 2026/2027 — Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027 —, abrangendo o planejamento, a produção executiva, a coordenação operacional, a infraestrutura física e técnica, a programação artística e cultural, a

comunicação, a segurança complementar, a acessibilidade, a sustentabilidade ambiental, a aferição de público, a capacitação de equipes e a entrega de relatórios pós-evento, em lote único, sob responsabilidade centralizada da Contratada.

A contratação compreende a totalidade dos componentes técnicos, logísticos, operacionais, comunicacionais e de segurança necessários à realização integrada dos quatro eventos, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos. A responsabilidade pela coordenação executiva integrada permanece atribuída a um único contratado principal, sem prejuízo da subcontratação parcial autorizada para atividades operacionais específicas, nos termos da Seção 5.

O regime de execução é a empreitada por preço global (art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021), com remuneração parametrizada por custo per capita aferido em cada evento, observados os limites, salvaguardas e procedimentos de medição estabelecidos neste Termo de Referência, no Anexo VI — Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (POP) e no instrumento contratual. O preço global ofertado pela licitante para o ciclo completo será desdobrado em valor unitário por pessoa (R\$/pessoa), aplicado ao público efetivamente aferido em cada evento, com observância do teto de público pagável e do mínimo garantido previstos na Seção 10.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A SETUR é responsável pela coordenação, organização e execução dos eventos que compõem o núcleo estruturante do calendário oficial do Município. A partir do ciclo 2026/2027, a Festa do Colono e o Carnaval passam a integrar o escopo de responsabilidade direta da SETUR para fins de planejamento, coordenação e contratação, agregando-se aos eventos já geridos pela Secretaria. Em conjunto, mobilizam público estimado em 510.000 pessoas por ciclo anual, com impactos diretos sobre hotelaria, gastronomia, comércio, transporte e serviços especializados, e constituem instrumento relevante de posicionamento do Município como destino turístico de referência regional.

A presente contratação encontra justificativa técnica, jurídica e econômica plenamente fundamentada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), aos quais este Termo de Referência se vincula. O ETP demonstrou que o modelo de contratação fragmentada, historicamente adotado pela SETUR, tem produzido externalidades reiteradas — sobrecarga administrativa decorrente da abertura de mais de 25

processos licitatórios para um único evento na Festa do Colono 2025; recurso a contratação direta no valor de R\$647.000,00 para suprir falhas operacionais da Marejada 2025; instauração de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina relativa ao Réveillon 2025/2026 (Ofício SEI/TCE/SC/PRES/GAP nº 928/2025 e Processo de Fiscalização nº LCC 26/00006715); e ausência de tratamento sistêmico dos riscos climáticos próprios da condição litorânea do Município.

Diante desse diagnóstico, o ETP analisou cinco alternativas e indicou, como solução tecnicamente mais aderente ao interesse público, a contratação integrada em lote único, com remuneração por custo per capita aferido. Tal solução centraliza a responsabilidade pela execução em contratado único, preserva economia de escala, padroniza protocolos operacionais, garante unidade de comando para a gestão de riscos, vincula o pagamento ao público efetivamente atendido e fortalece o controle gerencial e externo dos custos.

A justificativa para o critério de julgamento por técnica e preço, na proporção 60/40, e a fundamentação para o não parcelamento do objeto encontram-se desenvolvidas, respectivamente, nos Capítulos 5 e 11 do ETP, às quais este TR se reporta. Em síntese: o objeto possui natureza predominantemente intelectual e estratégica, com variações relevantes possíveis de concepção, metodologia e execução, hipótese que o art. 36, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021 expressamente contempla; e o não parcelamento decorre da natureza integrada, recorrente e operacionalmente interdependente dos eventos do ciclo, sendo a competitividade preservada pela admissão de participação em consórcio e por subcontratação parcial autorizada.

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da SETUR para o exercício de 2026 (art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021), em compatibilidade com o dever de planejamento da fase preparatória (art. 18) e com os objetivos do processo licitatório previstos no art. 11, especialmente quanto à seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONTRATUAL**

A solução contratual consiste na gestão integrada do ciclo completo dos quatro eventos oficiais, sob responsabilidade técnica e operacional centralizada de uma única contratada principal, com remuneração calculada por custo per capita aferido em cada evento. A solução articula sistemicamente os seguintes elementos estruturantes:

### **3.1. Lote único com gestão técnica e operacional unificada**

A contratação abrange, em lote único, o ciclo completo dos quatro eventos do calendário oficial. A responsabilidade principal é atribuída a empresa única, incumbida da coordenação executiva integrada, da produção, da operação e da entrega coordenada de todos os componentes técnicos, logísticos, operacionais, comunicacionais, de segurança complementar, de acessibilidade e de sustentabilidade. A subcontratação parcial poderá ser admitida para atividades operacionais específicas, mediante autorização prévia, formal e motivada, sem afastar a responsabilidade integral da Contratada principal pela entrega global do objeto.

A atribuição da responsabilidade executiva à Contratada não transfere a esta a função finalística da SETUR de formulação da política cultural e turística do Município, reservada à Secretaria em caráter exclusivo e indelegável, em especial quanto à definição das linhas conceituais dos eventos, à escolha das atrações culturais principais e à governança estratégica do calendário oficial.

### **3.2. Remuneração por custo per capita aferido**

A remuneração será calculada pelo produto entre o valor unitário ofertado pela Contratada (R\$/pessoa) e o público efetivamente aferido em cada evento, observados os limites, salvaguardas e procedimentos do POP (Anexo IV). O valor unitário ofertado constitui a Nota de Preço no julgamento por técnica e preço; o teto de referência foi fixado em R\$69,49 por pessoa, com base na mediana das cotações documentadas no ETP. O piso de inexecutabilidade corresponde a R\$41,69 por pessoa (60% do teto), sem prejuízo da faculdade da licitante demonstrar documentalmente a suficiência do preço ofertado.

### **3.3. Estrutura remuneratória — Parcela Fixa, Parcela Variável e Fator de Ajuste de Desempenho**

A remuneração de cada evento será composta por (i) uma Parcela Fixa, correspondente ao mínimo garantido de 60% do público de referência, condicionada à execução integral da infraestrutura e dos serviços contratualmente previstos; e (ii) uma Parcela Variável, correspondente ao público efetivamente aferido acima do mínimo garantido e até o teto de público pagável (115% do público de referência), à qual será aplicado o Fator de Ajuste de Desempenho (FAD) apurado a partir dos Indicadores de Desempenho do Anexo

V. As regras detalhadas de cálculo, aferição, glosa e pagamento constam no Capítulo 10 deste Termo.

### **3.4. Critério de julgamento técnica e preço (60/40), com nota técnica mínima eliminatória**

O certame adotará o critério de Técnica e Preço, na proporção de 60% para a Nota Técnica e 40% para a Nota de Preço, com nota técnica mínima eliminatória de 60 (sessenta) pontos em escala de 100, nos termos do art. 36, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021 e da Seção 5 do ETP. A avaliação técnica observará a Matriz de Critérios de Avaliação (MCA) constante do Anexo III, com descritores objetivos, faixas de pontuação e documentos comprobatórios previamente definidos.

### **3.5. Limite de público pagável e mínimo garantido**

O público computável para cálculo da remuneração é limitado a 115% do público de referência de cada evento, ainda que o público aferido seja superior, como instrumento de controle orçamentário e previsibilidade fiscal. A Administração assegurará à Contratada remuneração mínima equivalente a 60% do público de referência de cada evento, condicionada à execução integral da infraestrutura e dos serviços contratualmente previstos, independentemente do público efetivamente aferido. O mínimo garantido não beneficiará a Contratada em caso de inexecução parcial, falhas relevantes ou ausência de comprovação da mobilização.

### **3.6. Matriz formal de riscos**

O instrumento contratual conterá Matriz de Riscos formal e detalhada, constante do Anexo V, com identificação, alocação e tratamento dos riscos operacionais, climáticos, de demanda, de segurança, de infraestrutura, de exploração econômica acessória e de eventos supervenientes. A Matriz contempla gatilhos objetivos de acionamento dos mecanismos de contingência e, quando cabível, hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, limitadas ao teto orçamentário e condicionadas à comprovação de fatos, impactos, nexos causal e atuação diligente.

### **3.7. Aferição objetiva de público (POP)**

A aferição de público em cada evento será realizada conforme o Protocolo Operacional Padrão (POP) constante do Anexo VI, com convergência de fontes (contadores

eletrônicos de fluxo, catracas, leitura de ingressos/credenciais/pulseiras RFID/QR Codes, sensores, câmeras com análise de imagem, sistemas de controle de acesso e dados agregados de telefonia móvel anonimizados), predominância de medições objetivas, rastreabilidade, conservadorismo em caso de dúvida e auditabilidade. A metodologia, fontes admitidas, documentos comprobatórios e consequências em caso de aferição irregular constam do POP, vinculante para Contratada e Contratante.

### **3.8. Exploração econômica acessória regulada**

O instrumento contratual disciplinará a exploração econômica acessória de espaços e serviços vinculados aos eventos pela Contratada, tais como patrocínios, praça de alimentação, camarotes, publicidade e demais utilizações economicamente exploráveis. O modelo assegurará, em todos os eventos, o caráter gratuito, público e inclusivo de, no mínimo, 50% das áreas destinadas ao público em geral, preservando a natureza institucional do calendário oficial. A disciplina jurídica detalhada consta no capítulo 15 deste Termo.

### **3.9. Programa obrigatório de capacitação operacional**

A Contratada implementará, previamente a cada evento, programa estruturado de capacitação operacional das equipes, com carga horária mínima de 20 horas por trabalhador por evento subsequente, conteúdo programático aprovado pela fiscalização e certificação comprobatória. O detalhamento consta no Capítulo 13 deste Termo.

## **4. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

O objeto compreende a execução integrada, sob responsabilidade da Contratada, dos componentes operacionais necessários à realização dos quatro eventos oficiais do ciclo 2026/2027, conforme detalhamento a seguir. As especificações constituem parâmetros mínimos de execução, sem prejuízo de exigências adicionais previstas no edital, em seus anexos técnicos e na proposta vencedora.

#### 4.1. Eventos abrangidos

**Tabela 01 — Eventos integrantes do objeto**

<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Período previsto</b>	<b>Público de referência</b>	<b>Per capita interno (referência)</b>
<b>Marejada 2026</b>	Centreventos e CCP	Outubro/2026	200.000	R\$ 60,08/pessoa
<b>Réveillon Itajaí 2026/2027</b>	Praia Central, Beira-Rio e CCP	Dez/2026 a jan/2027	100.000	R\$ 78,54/pessoa
<b>Carnaval de Itajaí 2027</b>	Circuito misto em espaços públicos do Município	Fev/Mar de 2027	60.000	R\$ 108,93/pessoa
<b>Festa do Colono 2027</b>	Parque do Agricultor	Julho/2027	150.000	R\$ 60,23/pessoa
<b>TOTAL DO CICLO</b>			<b>510.000</b>	<b>R\$ 69,49/pessoa (teto)</b>

Os per capitas internos por evento, indicados como referência, decorrem da decomposição da mediana das cotações documentadas no ETP por evento e refletem a estrutura mínima fixa necessária para cada festividade, com diluição variável em função do público de referência. Tais valores funcionam como parâmetro de coerência econômica para a Equipe de Planejamento e para a fiscalização contratual, sem operar como teto autônomo de julgamento. A disputa econômica ocorrerá com base no valor per capita unitário ofertado pela licitante e aplicável ao ciclo, sob o teto global de R\$69,49/pessoa.

#### 4.2. Componentes operacionais integrantes do objeto

A Contratada deverá assumir, sob coordenação centralizada e responsabilidade operacional integrada, a execução dos componentes a seguir, sem prejuízo dos detalhamentos contidos nos anexos técnicos e na proposta vencedora:

##### 4.2.1. Infraestrutura física temporária

Compreende palcos principais e secundários, praticáveis, tendas operacionais, camarins, grades de contenção, fechamentos e isolamentos perimetrais, sanitários portáteis e acessíveis, mobiliário operacional, sinalização interna e externa, gerador de energia com redundância para cargas críticas, plataformas de elevação e demais estruturas necessárias à

operação. Todas as estruturas observarão as normas técnicas ABNT aplicáveis, deverão ser previamente aprovadas pela fiscalização e contarão com responsável técnico devidamente habilitado, com ART/RRT recolhida antes do início da montagem.

#### **4.2.2. Sistemas de áudio, iluminação cênica e tecnologia audiovisual**

Compreende sistemas de sonorização compatíveis com o porte de cada palco e área, painéis de LED para programação visual e mensagens operacionais, iluminação cênica e arquitetural, projeção, transmissão ao vivo e demais soluções tecnológicas em padrão profissional, com equipes técnicas dedicadas, plano de redundância de sinais críticos e cumprimento dos limites de pressão acústica definidos pela legislação municipal e pelos órgãos competentes.

#### **4.2.3. Programação artística e cultural**

Compreende a gestão da contratação, produção e operação das atrações artísticas e culturais conforme diretrizes da SETUR, com observância da diversidade de linguagens, valorização da cultura local e coerência com o perfil histórico de público de cada evento. A Contratada será responsável pela negociação, contratação, recepção, hospedagem (quando aplicável), produção executiva, riders técnicos, ensaios, apresentações e respectivas obrigações contratuais com cada atração.

A definição das linhas conceituais dos eventos, a escolha das atrações culturais principais e a governança estratégica do calendário oficial de turismo de Itajaí constituem competência exclusiva, indelegável e finalística da SETUR. À Contratada cabem a execução operacional, o suporte logístico e o fornecimento de infraestrutura, conforme as diretrizes fixadas pela Administração, compreendidas na execução operacional a proposição, a negociação, a contratação e a produção das atrações artísticas, sempre em conformidade com tais diretrizes e mediante aprovação prévia da SETUR.

#### **4.2.4. Segurança operacional complementar e atendimento de emergência**

Compreende serviços de segurança privada complementar, brigada de incêndio, atendimento pré-hospitalar com profissionais habilitados, ambulância de suporte avançado de vida em quantidade compatível com o público de referência, plano formal de emergência e evacuação, articulado e validado com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil e órgãos de trânsito competentes. Inclui sala de comando integrada, comunicação

interna entre equipes, sinalização de rotas de fuga e protocolos de contingência específicos para incidentes climáticos, sanitários, de segurança e de saúde pública.

#### **4.2.5. Comunicação, identidade visual e promoção turística**

Compreende a concepção e execução de identidade visual coerente com o posicionamento institucional do Município, campanhas multicanal de divulgação (mídias on-line e off-line), gestão de redes sociais oficiais dos eventos durante o ciclo, ações de promoção turística regional e nacional, sinalização visual nos eventos, peças gráficas e audiovisuais, gestão de imprensa e cobertura jornalística, observados a Lei nº 12.232/2010, no que couber, e os limites de publicidade aplicáveis ao Poder Público.

#### **4.2.6. Mobilidade, acessibilidade universal e gestão de fluxos**

Compreende o planejamento de mobilidade interna e do entorno dos eventos, articulado com o órgão municipal de trânsito; a gestão de fluxos de público, com dimensionamento de áreas de circulação, entrada e saída; e a implantação integral das medidas de acessibilidade universal previstas na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), na ABNT NBR 9050 e demais normas aplicáveis, incluindo rampas, áreas reservadas, sanitários acessíveis, intérpretes de Libras nos pontos de informação e nas atrações de maior porte, audiodescrição quando aplicável, comunicação acessível e demais providências.

#### **4.2.7. Gestão integrada de resíduos sólidos e sustentabilidade ambiental**

Compreende o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos específico para cada evento, com coleta seletiva, segregação por categoria, acondicionamento adequado, destinação ambientalmente correta, rastreabilidade da destinação final e indicadores mínimos de reaproveitamento e reciclagem. Inclui logística reversa de materiais reutilizáveis ou recicláveis, parceria com cooperativas de catadores quando aplicável e Relatório Socioambiental Pós-Evento como entregável obrigatório de cada edição, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e diretrizes do Decreto Federal nº 7.746/2012.

#### **4.2.8. Capacitação operacional das equipes**

Compreende programa estruturado de capacitação operacional das equipes, com carga horária mínima de 20 horas por trabalhador por evento subsequente, conteúdo programático aprovado pela fiscalização e certificação comprobatória. Os módulos contemplarão operação do evento, atendimento ao público, acessibilidade, comunicação interna, segurança

operacional, rotas de evacuação, protocolos de emergência, gestão de resíduos e interação com a central de operações.

#### **4.2.9. Sistema integrado de gestão e monitoramento operacional**

Compreende sistema integrado de gestão e monitoramento operacional em tempo real, com Central de Operações ativa durante toda a realização de cada evento, integração com os sistemas de aferição de público (POP), comunicação com brigada, atendimento pré-hospitalar, segurança complementar, fiscalização da SETUR, Defesa Civil e demais agentes envolvidos. Inclui Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento com indicadores quantitativos e qualitativos, ocorrências registradas, evidências de cumprimento dos KPIs e proposições de melhoria para edições subsequentes.

#### **4.2.10. Aferição de público conforme POP**

Compreende a implantação, operação e auditabilidade do Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (Anexo VI), com adoção de fontes primárias preferenciais (contadores eletrônicos de fluxo, catracas, leitura de ingressos/credenciais/pulseiras, sensores, câmeras com análise de imagem, sistemas de controle de acesso, dados agregados de telefonia móvel anonimizados) e fontes secundárias complementares, observados os princípios de rastreabilidade, convergência, predominância de medições objetivas, conservadorismo em caso de dúvida, auditabilidade e proteção de dados pessoais.

#### **4.2.11. Vinculação aos anexos técnicos**

Os componentes operacionais descritos nesta Seção 4 são complementados pelos detalhamentos constantes dos seguintes anexos, que integram este Termo de Referência para todos os fins de direito:

- Anexo II — Estudo Técnico Preliminar (ETP), que contém a estimativa e a memória de cálculo;
- Anexo III — Matriz de Critérios de Avaliação (MCA);
- Anexo IV — Matriz de Riscos;
- Anexo V — Indicadores de Desempenho (KPIs);
- Anexo VI — Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (POP);
- Anexo VII — Planilha de Composição de Custos;
- Anexo VIII — Minuta de Contrato;

- Anexo X — Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo XI — Modelo de Proposta Técnica.

Em caso de divergência interpretativa entre o corpo do Termo de Referência e os anexos, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, ressalvadas as matérias cuja disciplina específica esteja expressamente reservada a anexo (notadamente o POP para aferição de público, a MCA para a estrutura de pontuação técnica, os KPIs para parâmetros de desempenho e a Matriz de Riscos para a alocação de riscos).

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A futura Contratada deverá atender, de forma integral e cumulativa, aos requisitos técnicos, operacionais e jurídico-administrativos estabelecidos nesta Seção, decorrentes da Seção 2 do ETP e das características inerentes ao objeto, conforme o art. 18, IV, da Lei nº 14.133/2021. Tais requisitos representam o conjunto mínimo de capacidades necessárias à adequada execução dos eventos.

### **5.1. Capacidade técnica para execução de eventos de grande porte**

A licitante deverá comprovar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, mediante atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que demonstrem experiência anterior em organização, produção executiva, operação e desmontagem de eventos de grande porte — assim entendidos os de público igual ou superior a 50.000 pessoas por edição. A comprovação deverá abranger, no mínimo, duas execuções documentadas nos cinco anos anteriores à publicação do edital. Os detalhes da habilitação técnica constam da Seção 9.

### **5.2. Integração operacional da execução**

A Contratada deverá assumir, sob coordenação centralizada, a execução dos componentes descritos na Seção 4. A entrega coordenada de todos esses componentes é condição operacional e jurídica para a constituição da matriz de riscos e do protocolo de contingência previstos no instrumento contratual.

### **5.3. Aderência integral ao Termo de Referência e seus anexos**

A Contratada deverá observar integralmente o Termo de Referência e seus anexos, em especial a Matriz de Riscos (Anexo IV), o POP de aferição de público (Anexo IV), a Matriz

de Critérios de Avaliação (Anexo III) e os Indicadores de Desempenho (Anexo V), instrumentos vinculantes para acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução. A inobservância injustificada caracterizará descumprimento contratual relevante, sujeito às consequências previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

#### **5.4. Plano Econômico-Financeiro e exploração acessória**

A Contratada deverá apresentar e executar Plano Econômico-Financeiro detalhado, contemplando a gestão da exploração econômica acessória dos espaços (patrocínios, praça de alimentação, camarotes e ativações comerciais), preservado o caráter gratuito de, no mínimo, 50% das áreas destinadas ao público em geral. A disciplina detalhada da exploração econômica acessória consta da Seção 15.

#### **5.5. Subcontratação parcial**

A subcontratação parcial será admitida apenas para atividades de natureza operacional, instrumental ou acessória, desde que previamente autorizada pela Administração, vedada a transferência do núcleo intelectual, estratégico e decisório do objeto contratado.

Permanecem indelegáveis à Contratada principal o planejamento integrado, a gestão executiva, a coordenação geral, a interlocução institucional com a Administração, a responsabilidade pela Matriz de Riscos, o controle do cronograma, a consolidação dos relatórios pós-evento, a condução do Plano Econômico-Financeiro e demais funções vinculadas à concepção, direção, integração e governança da execução contratual.

A subcontratação parcial poderá abranger, observados os limites desta subseção, atividades como: locação, montagem e desmontagem de infraestrutura física temporária, incluindo palcos, tendas, sanitários, fechamentos, geradores e estruturas correlatas; locação e operação técnica de sistemas de áudio, sonorização, iluminação cênica e recursos audiovisuais; limpeza, conservação, zeladoria e manejo operacional de resíduos no perímetro do evento; segurança privada e patrimonial complementar, brigada de incêndio e atendimento pré-hospitalar; fornecimento de alimentação e bebidas em apoio à operação do evento e às equipes; transporte e logística operacional; sinalização, gestão de fluxos e execução de medidas físicas de mobilidade e acessibilidade; demais serviços de natureza estritamente operacional, instrumental ou acessória.

Outras atividades de natureza estritamente operacional poderão ser subcontratadas mediante autorização prévia, formal e motivada da Administração, desde que demonstrada sua compatibilidade com os limites da presente subseção e preservada a responsabilidade integral da Contratada principal pela execução do objeto.

A autorização da subcontratação dependerá da apresentação, pela Contratada principal, da documentação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa subcontratada, bem como da comprovação de sua capacidade técnica para a execução da atividade específica a ser subcontratada. A Administração poderá indeferir a subcontratação quando verificar risco à adequada execução contratual, à fiscalização, à segurança do evento, à rastreabilidade das responsabilidades ou à preservação do núcleo estratégico do objeto.

O somatório das parcelas subcontratadas não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, assegurada a execução direta, pela Contratada principal, de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do objeto, nele compreendida a integralidade de seu núcleo de coordenação, planejamento e governança, bem como a parcela de maior relevância técnica e de valor significativo da contratação.

É vedada a subcontratação em cadeia, assim entendida a subcontratação, pela subcontratada, de terceiros para execução das atividades que lhe foram transferidas, salvo autorização prévia, excepcional e motivada da Administração, quando demonstrada a ausência de prejuízo à fiscalização, à responsabilidade técnica e à execução do objeto.

A Contratada principal permanecerá integralmente responsável perante a Administração por todos os atos, omissões, falhas, atrasos, danos, inadimplementos ou irregularidades praticados pelas subcontratadas, não havendo transferência de responsabilidade contratual ao Município nem formação de vínculo jurídico direto entre a Administração e a empresa subcontratada, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 14.193/2018 — 1ª Câmara.

## **5.6. Participação em consórcio**

Será admitida a participação em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observado o limite de até três empresas consorciadas e as condições específicas previstas no edital. A admissão de consórcios objetiva preservar a competitividade do certame, permitindo a associação de empresas com capacidades técnicas, operacionais e

econômico-financeiras complementares para disputar o lote integral, sem fragmentação contratual do objeto e sem prejuízo da responsabilidade centralizada pela execução.

Para fins de habilitação, será admitido o somatório dos quantitativos técnicos das empresas consorciadas, observadas as exigências mínimas previstas no edital e em seus anexos. Quanto à qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos capitais sociais ou patrimônios líquidos das consorciadas para atendimento do valor mínimo exigido, com aplicação do acréscimo previsto no edital para consórcios, ressalvadas as hipóteses legais aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte.

As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na execução contratual. A empresa líder será responsável pela representação do consórcio perante a Administração, pela interlocução institucional, pela coordenação da execução e pelo relacionamento com a fiscalização, sem afastar a responsabilidade solidária das demais consorciadas.

A participação em consórcio não autoriza a fragmentação da responsabilidade contratual, nem afasta a obrigação de entrega integrada do objeto. As regras de habilitação, representação, constituição formal do consórcio, vedação à participação isolada ou em mais de um consórcio, responsabilidade solidária e demais condições aplicáveis constarão do edital e do instrumento contratual.

#### **5.7. Regularidade jurídico-administrativa**

A licitante deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital. A regularidade deverá ser mantida durante toda a vigência contratual, inclusive em eventuais prorrogações, constituindo condição para a execução regular do contrato, a emissão de ordens de serviço e a realização de pagamentos. Os detalhes da habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira constarão do edital, observados os parâmetros legais e os limites da proporcionalidade.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução observará o cronograma macro do ciclo 2026/2027, com fases de pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento para cada festividade, e seguirá os marcos contratuais estabelecidos no Cronograma de Execução, parte integrante do contrato.

## 6.1. Cronograma macro

A execução observará o cronograma a seguir, organizado por evento e fase:

**Tabela 02 — Cronograma macro do ciclo 2026/2027**

<b>Evento</b>	<b>Pré-produção</b>	<b>Operação</b>	<b>Pós-evento (relatórios)</b>
<b>Marejada 2026</b>	Jul-set/2026	Out/2026	Até 30 dias após o evento
<b>Réveillon 2026/2027</b>	Out-dez/2026	Dez/2026 a jan/2027	Até 30 dias após o evento
<b>Carnaval 2027</b>	Nov/2026 a jan/2027	Fev/Mar 2027	Até 30 dias após o evento
<b>Festa do Colono 2027</b>	Abr-jun/2027	Jul/2027	Até 30 dias após o evento

Os prazos definitivos de cada fase serão fixados em Cronograma Detalhado de Execução, vinculado ao contrato e revisto antes do início de cada evento, conforme datas finais aprovadas pela SETUR. Eventuais ajustes pontuais que não impactem a viabilidade da execução poderão ser autorizados mediante despacho motivado da fiscalização, registrado em ata.

## 6.2. Fases da execução por evento

### 6.2.1. Pré-produção

Compreende o planejamento detalhado do evento, a aprovação dos layouts pelos órgãos competentes, a emissão de licenças e alvarás, a contratação e confirmação das atrações artísticas, a articulação institucional com Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, autoridade de trânsito, vigilância sanitária e demais órgãos, a capacitação das equipes operacionais, a montagem progressiva das estruturas e a entrega dos documentos prévios definidos no Cronograma Detalhado. Os marcos obrigatórios desta fase correspondem às versões executivas detalhadas dos planos cuja versão conceitual e metodológica foi objeto de avaliação na Proposta Técnica, sendo exigíveis da Contratada como condição de eficácia para a emissão da primeira Ordem de Serviço, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato. São marcos obrigatórios desta fase: (i) entrega e aprovação do Plano Operacional Integrado; (ii) entrega e aprovação do Plano de

Segurança e Contingência; (iii) entrega e aprovação do Plano de Mobilidade e Acessibilidade; (iv) entrega e aprovação do Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos; (v) comprovação da capacitação obrigatória das equipes; e (vi) entrega das ART/RRT das estruturas temporárias e dos respectivos laudos técnicos.

#### **6.2.2. Operação**

Compreende a execução efetiva do evento, com a Central de Operações ativa em tempo integral durante toda a realização, comunicação contínua com a fiscalização, registro de ocorrências, aplicação do POP de aferição de público, atendimento ao público, segurança operacional, atendimento pré-hospitalar e demais atividades previstas no Plano Operacional Integrado.

#### **6.2.3. Desmontagem**

Compreende a desmontagem das estruturas, a recomposição dos espaços públicos utilizados, a remoção integral de resíduos do perímetro operacional, a destinação ambientalmente adequada e a entrega dos espaços nas condições anteriores à montagem, observados os prazos do Cronograma Detalhado.

#### **6.2.4. Pós-evento**

Compreende a entrega do Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento, do Relatório de Aferição de Público (POP), do Relatório Socioambiental Pós-Evento e demais relatórios previstos no contrato, em até 30 (trinta) dias do encerramento de cada evento, para subsidiar a liquidação da despesa, o cálculo do FAD, a apuração dos KPIs e o planejamento das edições seguintes.

#### **6.2.5. Marcos de entrega e medições**

A medição da execução observará os marcos contratuais previstos no Cronograma de Execução e os procedimentos definidos na Seção 11. Os pagamentos serão realizados conforme as parcelas e percentuais ali definidos, vinculados à comprovação documental do cumprimento dos respectivos marcos.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão do contrato observará o disposto nos arts. 117 a 123 da Lei nº 14.133/2021, com designação formal de gestor e fiscais por meio de portaria específica.

### **7.1. Gestor do contrato**

O Gestor do Contrato será servidor designado por portaria, com responsabilidade pela coordenação geral da execução contratual, pela articulação institucional com órgãos externos, pela validação dos relatórios técnico-operacionais, pela consolidação dos relatórios de aferição de público e dos relatórios de desempenho, pela aplicação do FAD e pela autorização dos pagamentos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e no Anexo V (KPIs).

### **7.2. Fiscalização técnica**

A SETUR designará Fiscal Técnico específico para cada evento, responsável pelo acompanhamento da execução em todas as fases (pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento), pela aferição inicial dos KPIs, pelo registro das ocorrências em ata, relatório, checklist ou registro fotográfico, e pela elaboração do parecer técnico de classificação do FAD. A designação deverá ocorrer preferencialmente antes do início da fase de pré-produção do respectivo evento.

### **7.3. Fiscalização administrativa**

A SETUR designará Fiscal Administrativo, responsável pela verificação da documentação contratual, do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da Contratada, da regularidade documental dos pagamentos, da conferência das notas fiscais e dos documentos comprobatórios, sem prejuízo das competências do Gestor do Contrato e do Fiscal Técnico.

### **7.4. Equipe de apoio e interface com órgãos externos**

A SETUR poderá compor equipe de apoio à fiscalização, com servidores ou consultores técnicos especializados, para atuação em dimensões específicas (segurança, acessibilidade, sustentabilidade, comunicação, aferição de público, jurídico). O Gestor do Contrato manterá interface formal com Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil, autoridade de trânsito, vigilância sanitária, órgãos ambientais e demais órgãos cuja atuação seja necessária à execução de cada evento.

### **7.5. Responsável técnico pela Contratada**

A Contratada deverá indicar, na assinatura do contrato, Responsável Técnico Principal e Responsável Operacional para cada evento, com poderes formais para receber ordens, validar produtos, assinar registros de ocorrências, responder a notificações e representar a Contratada perante a fiscalização. A substituição desses responsáveis dependerá de comunicação formal prévia à fiscalização e de demonstração da equivalência de qualificação do substituto.

### **7.6. Reuniões técnicas e governança**

Serão realizadas, no mínimo, as seguintes reuniões formais: (i) Reunião de Alinhamento Inicial do contrato, com a participação do Gestor, dos Fiscais, do Responsável Técnico da Contratada e dos representantes institucionais relevantes; (ii) Reunião Pré-Operacional, anterior a cada evento, com a SETUR, a Contratada e os órgãos externos envolvidos; (iii) Reunião Operacional Diária, durante a realização de cada evento, para acompanhamento das ocorrências; e (iv) Reunião Pós-Evento, com avaliação preliminar dos resultados, ocorrências e aprendizados aplicáveis às edições subsequentes. Todas as reuniões serão objeto de ata.

## **8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

### **8.1. Critério adotado, ponderação e nota técnica mínima**

O critério de julgamento adotado é Técnica e Preço, com ponderação de 60% para a Nota Técnica e 40% para a Nota de Preço, e nota técnica mínima eliminatória de 60 (sessenta) pontos em escala de 100, nos termos do art. 36, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021. A fundamentação detalhada da escolha do critério, da ponderação e da nota mínima consta da Seção 5 do ETP, à qual este Termo de Referência se reporta expressamente.

Em síntese: o objeto possui natureza predominantemente intelectual e estratégica, envolve componente operacional e estrutural de elevada complexidade, opera em ambiente com irreversibilidade do resultado e exige avaliação qualitativa da metodologia, da gestão de riscos, da comunicação, da aferição de público e da governança da exploração econômica acessória. Tais características afastam a adequação do critério de menor preço e justificam a adoção da técnica e preço com preponderância da Nota Técnica, dentro do limite legal máximo de 70% e em consonância com a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 479/2015 e 508/2008 — Plenário).

## 8.2. Estrutura da Nota Técnica (NT)

A Nota Técnica será apurada conforme a Matriz de Critérios de Avaliação (Anexo III), composta por cinco critérios e estruturada da seguinte forma:

**Tabela 03 — Estrutura da Nota Técnica**

<b>Crit.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>A</b>	Curadoria artístico-cultural e programação (detalhamento da programação, diversidade de linguagens, valorização da cultura local, coerência com o perfil histórico de público).	25 pontos
<b>B</b>	Plano operacional integrado e gestão de riscos (Plano Operacional, Plano de Segurança e Contingência, Plano de Mobilidade e Acessibilidade, Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, Matriz de Riscos com gatilhos climáticos).	25 pontos
<b>C</b>	Comunicação, promoção turística e indicadores (estratégia integrada multicanal, KPIs e relatórios).	15 pontos
<b>D</b>	Programa de capacitação operacional das equipes (carga horária, abrangência temática, metodologia, certificação e avaliação de aprendizagem).	15 pontos
<b>E</b>	Experiência e equipe (experiência em gestão integrada de eventos de grande porte, qualificação da equipe-chave proposta).	20 pontos
<b>TOTAL NOTA TÉCNICA</b>		<b>100 pontos</b>

A pontuação bruta apurada (PTi) será normalizada para fins de ponderação com a Nota de Preço, conforme a fórmula:

$$NT = (PTi / PTmáx) \times 100$$

Onde: PTi = pontuação técnica bruta da licitante i; PTmáx = maior pontuação técnica bruta entre as licitantes habilitadas tecnicamente. Será desclassificada a proposta cuja PTi for inferior a 60 (sessenta) pontos. Os subcritérios, descritores objetivos, faixas de pontuação e documentos comprobatórios constam do Anexo III — Matriz de Critérios de Avaliação.

## 8.3. Estrutura da Nota de Preço (NP)

A Nota de Preço será apurada por critério objetivo, conforme a fórmula:

$$NP = (Pmín / Pi) \times 100$$

Onde:  $P_{\min}$  = menor valor per capita válido (R\$/pessoa) entre as propostas classificadas;  $P_i$  = valor per capita ofertado pela licitante  $i$ . Serão desclassificadas as propostas que ofertarem valor per capita superior ao teto de R\$ 69,49/pessoa ou inferior ao piso de inexecutabilidade de R\$ 41,69/pessoa, sem prejuízo da faculdade da licitante demonstrar documentalmente a suficiência do preço ofertado abaixo do piso, mediante apresentação de memória de composição de preços e justificativas técnicas/mercadoológicas.

#### **8.4. Cálculo da Nota Final (NF)**

A Nota Final será calculada pela ponderação:

$$NF = (0,60 \times NT) + (0,40 \times NP)$$

Será declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final, observada a habilitação subsequente, nos termos do edital.

#### **8.5. Critérios de desempate**

Em caso de empate na Nota Final, observar-se-ão, sucessivamente: (i) os critérios legais previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021; (ii) maior Nota Técnica; (iii) menor valor per capita ofertado; e (iv) os demais critérios previstos no edital.

#### **8.6. Modo de disputa**

O modo de disputa adotado é o Fechado, nos termos do art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021. Cada licitante apresentará sua proposta em ato único e sigiloso, sem lances sucessivos, conforme fundamentação detalhada na Seção 7.3 do ETP. A escolha decorre da natureza predominantemente intelectual e estratégica do objeto, da necessidade de preservar a coerência entre proposta técnica e econômica, da prevenção contra subprecificação por lances oportunistas e do fato de a remuneração variável por custo per capita já incorporar mecanismo de ajuste econômico ao resultado.

### **9. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A habilitação observará o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021. Os requisitos detalhados de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica constarão do edital. Esta Seção fixa os parâmetros mínimos de qualificação técnica, calibrados em proporção ao porte, à complexidade e aos riscos do objeto.

### **9.1. Qualificação técnico-operacional da licitante**

A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando:

- execução, nos cinco anos anteriores à publicação do edital, de no mínimo duas edições de eventos de grande porte (público igual ou superior a 50.000 pessoas por edição), com gestão integrada de infraestrutura, programação artística, segurança operacional e comunicação;
- execução, no mesmo período, de pelo menos uma contratação cujo escopo tenha incluído a aferição objetiva de público com utilização de fontes primárias (catracas, contadores eletrônicos, leitura de credenciais, sensores ou tecnologias equivalentes);
- execução, no mesmo período, de pelo menos uma contratação que tenha envolvido a coordenação de planos operacionais de segurança e contingência articulados com órgãos públicos competentes (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil ou órgãos de trânsito).

Sem prejuízo dos requisitos supracitados, ao menos 1 (um) dos atestados apresentados deverá comprovar experiência em evento de natureza cultural, gastronômica, folclórica ou de identidade regional, compatível com o perfil da Marejada (festa portuguesa) e da Festa do Colono, admitindo-se a comprovação por evento de identidade cultural distinta, desde que de porte equivalente ao mínimo exigido na alínea anterior.

Os atestados deverão conter, no mínimo: identificação do contratante, descrição do objeto executado, período de execução, público aferido por edição (quando aplicável), nome do responsável técnico e contato para verificação. A Administração poderá realizar diligências para confirmação dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

### **9.2. Qualificação técnico-profissional — equipe-chave**

A licitante deverá indicar, na proposta técnica, a Equipe-Chave proposta para a execução do contrato, com os seguintes profissionais mínimos:

- Coordenador Geral do Contrato — profissional com formação superior e experiência mínima de 5 anos em coordenação executiva de eventos de grande porte;
- Coordenador Operacional de Eventos — profissional com experiência mínima de 3 anos em produção executiva de eventos públicos;

- Responsável Técnico pelas Estruturas Temporárias — profissional habilitado (engenheiro civil ou arquiteto) com registro ativo no CREA ou CAU;
- Responsável Técnico pela Segurança Operacional — profissional habilitado, com curso ou registro compatível;
- Coordenador de Comunicação e Promoção — profissional com formação superior em comunicação, jornalismo, publicidade ou áreas afins, com experiência mínima de 3 anos em comunicação institucional ou de eventos;
- Coordenador de Aferição de Público e Indicadores — profissional com experiência comprovada em métodos de mensuração de público em eventos.

Os profissionais indicados deverão integrar a equipe efetiva alocada ao contrato. A eventual substituição dependerá de comunicação formal prévia à fiscalização e de demonstração da equivalência de qualificação do substituto. A indicação de profissionais sem comprovação documental adequada implicará desclassificação ou diligência de saneamento, conforme o caso.

### **9.3. Vínculo dos profissionais com a licitante**

O vínculo dos profissionais-chave com a licitante deverá ser comprovado por meio de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato de prestação de serviços, contrato social (no caso de sócios), declaração de compromisso futuro ou outro instrumento jurídico admitido pela legislação trabalhista e civil. Não se exige vínculo empregatício, conforme jurisprudência consolidada do TCU, sendo suficiente a demonstração de disponibilidade jurídica do profissional para a execução do contrato.

### **9.4. Qualificação econômico-financeira**

A licitante deverá comprovar qualificação econômico-financeira compatível com o objeto, observados os parâmetros do art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Em razão do vulto financeiro, da plurianualidade e da dimensão operacional do objeto, poderá ser exigida comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo no valor correspondente a até 10% do valor estimado da contratação, observados os limites legais. Os índices contábeis e demais documentos serão detalhados no edital.

## 10. ESTIMATIVA DE VALOR E REGIME DE REMUNERAÇÃO

### 10.1. Valor estimado da contratação

O valor estimado da contratação para o ciclo completo (Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027) é de R\$ 35.440.250,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente ao produto entre o per capita de referência de R\$ 69,49/pessoa e o público total de referência de 510.000 pessoas. Tal valor constitui parâmetro máximo de planejamento e teto orçamentário da disputa; a remuneração efetiva dependerá da execução, da aferição de público em cada evento e da aplicação dos demais mecanismos previstos nesta Seção.

A memória de cálculo do valor estimado, a decomposição por evento e por bloco operacional, e a pesquisa formal de preços conduzida nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021 constam do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II), em especial de sua Seção 3.5, e do documento autônomo de Estimativas da Contratação — Memória de Cálculo, constante dos autos do processo.

### 10.2. Parâmetros econômicos da contratação

**Tabela 04 — Parâmetros econômicos da contratação**

Parâmetro	Valor
Valor estimado global do ciclo (teto)	R\$ 35.440.250,00
Per capita de referência (teto de disputa)	R\$ 69,49 / pessoa
Piso de inexecuibilidade (60% do teto)	R\$ 41,69 / pessoa
Público total de referência do ciclo	510.000 pessoas
Teto de público pagável por evento (115% do público de referência)	Limite individualizado por evento
Mínimo garantido por evento (Parcela Fixa — 60% do público de referência)	Limite individualizado por evento

### 10.3. Regime de execução

O regime de execução adotado é o de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021, em consonância com a Seção 7.4 do ETP. A contratação observa a natureza integrada e unitária do objeto, com responsabilidade da Contratada pela

execução do resultado global de cada evento, sem fragmentação em medições autônomas por item, insumo ou fornecedor. A remuneração é parametrizada por custo per capita aferido, modalidade compatível com o regime de empreitada por preço global, pois (i) o objeto permanece definido como resultado integral e unitário; (ii) os limites quantitativos de variação do público encontram-se previamente delimitados; (iii) a remuneração decorre de fórmula objetiva conhecida por todos os licitantes; (iv) inexistente pagamento por composição unitária de insumos ou medição individualizada de itens; e (v) permanece atribuída à Contratada a responsabilidade integral pela organização e entrega do evento.

#### **10.4. Estrutura remuneratória — Parcela Fixa, Parcela Variável e Fator de Ajuste de Desempenho (FAD)**

A remuneração de cada evento será composta por uma Parcela Fixa, uma Parcela Variável e a aplicação do Fator de Ajuste de Desempenho (FAD) sobre a Parcela Variável, conforme as regras a seguir.

##### **10.4.1. Parcela Fixa — Mínimo Garantido**

A Parcela Fixa corresponde ao mínimo garantido de 60% do público de referência de cada evento, multiplicado pelo valor per capita ofertado pela Contratada. A Parcela Fixa será devida independentemente do público efetivamente aferido, desde que a Contratada demonstre a execução integral da infraestrutura e dos serviços contratualmente previstos para o respectivo evento. A vinculação à execução integral é condição inafastável: o mínimo garantido não beneficiará a Contratada em caso de inexecução parcial, falhas relevantes ou ausência de comprovação documental da mobilização.

A Parcela Fixa de cada evento será calculada conforme a fórmula:

$$\text{PF} = (0,60 \times \text{Público de Referência}) \times \text{Valor per capita ofertado}$$

##### **10.4.2. Parcela Variável — Público aferido acima do mínimo**

A Parcela Variável corresponde ao público efetivamente aferido em cada evento acima do mínimo garantido (60% do público de referência) e até o teto de público pagável (115% do público de referência), multiplicado pelo valor per capita ofertado. O público apurado acima do teto não gera remuneração adicional.

A Parcela Variável bruta de cada evento será calculada conforme a fórmula:

$$\text{PVbruta} = (\text{Público Aferido Pagável} - 0,60 \times \text{Público de Referência}) \times \text{Valor per capita ofertado}$$

Onde: Público Aferido Pagável = mínimo entre o público efetivamente aferido conforme o POP e o teto de 115% do público de referência. Se o público aferido for inferior a 60% do público de referência, a Parcela Variável será igual a zero, sendo devida apenas a Parcela Fixa, observada a comprovação da execução integral.

#### 10.4.3. Aplicação do Fator de Ajuste de Desempenho (FAD)

A Parcela Variável bruta será ajustada pelo Fator de Ajuste de Desempenho (FAD), apurado conforme o Anexo V (KPIs). O FAD é calculado a partir das notas atribuídas a cada um dos seis eixos de monitoramento, ponderadas pelos respectivos pesos, conforme a fórmula:

$$\text{FAD} = (E1 \times 0,25) + (E2 \times 0,20) + (E3 \times 0,15) + (E4 \times 0,15) + (E5 \times 0,15) + (E6 \times 0,10)$$

Onde E1 a E6 correspondem aos eixos: E1 — Segurança e Saúde (peso 25%); E2 — Aferição de Público e Operacional (peso 20%); E3 — Comunicação e Promoção Turística (peso 15%); E4 — Acessibilidade (peso 15%); E5 — Sustentabilidade e Resíduos (peso 15%); E6 — Capacitação e Equipes (peso 10%). Cada eixo recebe nota de 1,00 (excelente), 0,95 (bom com ressalvas), 0,85 (cumprimento parcial) ou 0,70 (insatisfatório), conforme aferição pelo Fiscal Técnico e classificação pelo Gestor do Contrato, observadas as evidências documentais e os procedimentos do Anexo IV.

A Parcela Variável líquida será calculada conforme a fórmula:

$$\text{PVlíquida} = \text{PVbruta} \times \text{FAD}$$

#### 10.4.4. Faixas de classificação do FAD e tratamento aplicável

**Tabela 05 — Faixas de classificação do FAD**

FAD final	Classificação	Tratamento
<b>1,00</b>	Excelente	Pagamento integral da Parcela Variável.
<b>0,95</b>	Bom (com ressalvas)	Pagamento com ressalva formal; ressalvas consideradas no acompanhamento dos eventos subsequentes.
<b>0,85</b>	Cumprimento parcial	Glosa de 15% sobre a Parcela Variável e advertência formal, com determinação de medidas corretivas.
<b>0,70</b>	Insatisfatório	Glosa de 30% sobre a Parcela Variável e abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade.

A classificação do FAD deverá ser formalmente motivada no Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento, com indicação dos KPIs cumpridos, parcialmente cumpridos ou descumpridos, dos documentos analisados, das evidências consideradas e dos fundamentos para o enquadramento adotado. A aplicação das glosas observará os princípios da motivação, proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa, especialmente quando associada à abertura de processo administrativo sancionador. A redução do FAD não substitui, quando cabível, outras medidas previstas no contrato, na Matriz de Riscos e na Lei nº 14.133/2021.

#### **10.4.5. Remuneração total devida por evento**

A remuneração total devida pela Contratada em cada evento será calculada conforme a fórmula:

$$\text{Remuneração do Evento} = \text{PF} + (\text{PVbruta} \times \text{FAD})$$

A remuneração total da contratação, observado o ciclo completo, corresponderá à soma das remunerações devidas em cada um dos quatro eventos, limitada ao teto global estimado para o ciclo.

#### **10.5. Exemplo ilustrativo de cálculo**

A título exclusivamente ilustrativo, considere a Marejada 2026 (público de referência: 200.000 pessoas), com valor per capita ofertado pela Contratada de R\$ 65,00/pessoa, público efetivamente aferido de 210.000 pessoas e FAD apurado de 0,95 (bom com ressalvas):

- Parcela Fixa:  $(0,60 \times 200.000) \times \text{R\$}65,00 = \text{R\$}7.800.000,00$ ;
- Público Aferido Pagável:  $\text{mín}(210.000; 1,15 \times 200.000 = 230.000) = 210.000$ ;
- PVbruta:  $(210.000 - 120.000) \times \text{R\$}65,00 = \text{R\$}5.850.000,00$ ;
- PVlíquida:  $\text{R\$}5.850.000,00 \times 0,95 = \text{R\$}5.557.500,00$ ;
- Remuneração da Marejada:  $\text{R\$}7.800.000,00 + \text{R\$}5.557.500,00 = \text{R\$}13.357.500,00$ .

Os valores acima possuem caráter meramente ilustrativo, destinando-se a explicitar a operacionalização das fórmulas. Os valores efetivos da contratação serão apurados conforme a proposta vencedora, o público aferido em cada evento e o FAD calculado nos termos do Anexo IV.

#### **10.6. Composição de preços e exequibilidade**

A licitante deverá apresentar memória de composição do valor per capita ofertado, demonstrando os custos diretos, custos indiretos, encargos sociais e trabalhistas, tributos incidentes, despesas administrativas, contingências técnicas e margem, sem imposição de modelo de BDI de obras, admitindo-se metodologia usual de precificação de serviços técnicos. A análise de exequibilidade considerará a compatibilidade entre a proposta técnica apresentada e o valor econômico ofertado, podendo ser exigidas justificativas técnicas e mercadológicas para itens relevantes, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **11.1. Estrutura de pagamentos por evento**

Os pagamentos serão realizados por evento, em parcelas vinculadas ao cumprimento dos respectivos marcos contratuais, observada a estrutura remuneratória da Seção 10. Para cada evento, o pagamento observará o seguinte cronograma:

**Tabela 06 — Cronograma de pagamentos por evento**

<b>Parcela</b>	<b>Marco contratual</b>	<b>Composição</b>
<b>1ª</b>	Aprovação dos planos da fase de pré-produção	30% da Parcela Fixa, mediante entrega e aprovação dos Planos Operacional Integrado, de Segurança e Contingência, de Mobilidade e Acessibilidade, de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, e comprovação da capacitação obrigatória.
<b>2ª</b>	Realização do evento	70% da Parcela Fixa, mediante comprovação documental da execução integral da infraestrutura, dos serviços e da operação do evento (entrega das ART/RRT, dos laudos técnicos e dos demais documentos da fase operacional).
<b>3ª</b>	Aprovação dos relatórios pós-evento	100% da Parcela Variável líquida ( $PV_{bruta} \times FAD$ ), mediante entrega e aprovação do Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento, do Relatório de Aferição de Público (POP), do Relatório Socioambiental Pós-Evento e dos demais documentos previstos no contrato, em até 30 dias do encerramento do evento.

### **11.2. Liquidação da despesa**

O pagamento ficará condicionado à liquidação regular da despesa, com verificação do cumprimento dos respectivos marcos, da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, da entrega dos documentos comprobatórios e do atesto pelo Gestor do Contrato. A entrega intempestiva dos relatórios pós-evento poderá comprometer a liquidação da Parcela Variável, conforme o procedimento do Anexo IV.

A nota fiscal será apresentada pela Contratada nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, observando a Instrução Normativa nº 062/2022/CGM/SEFAZ do Município, devendo conter, obrigatoriamente, o número e a data de assinatura do contrato, a identificação do evento e da parcela correspondente, a competência da medição, o valor devido e a respectiva data de vencimento.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras. A liberação da última parcela ficará condicionada ao integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **11.3. Atraso no pagamento**

Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante, e desde que a Contratada esteja adimplente com suas obrigações, conforme atestado pelo Gestor do Contrato, os valores devidos serão (i) atualizados monetariamente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 4.684/2006; e (ii) acrescidos de compensação financeira, mediante multa de 1% (um por cento) e juros calculados com base nos índices oficiais de remuneração da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.960/2009.

### **11.4. Glosas e retenções**

As glosas decorrentes da aplicação do FAD serão descontadas da Parcela Variável do evento correspondente. Outras hipóteses de glosa ou retenção observarão o disposto no contrato, na Matriz de Riscos, nos KPIs e na Lei nº 14.133/2021. As glosas serão sempre formalmente motivadas, com indicação dos fundamentos, das evidências documentais consideradas e da repercussão pecuniária correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **11.5. Recursos orçamentários**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da SETUR, com indicação específica em cada exercício, observada a respectiva classificação orçamentária quanto à Unidade Orçamentária, Função, Programa, Ação e Natureza da Despesa. A estimativa de comprometimento será distribuída entre os exercícios de 2026 e 2027 conforme o calendário de realização dos eventos.

Despesa 1113 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:

Destinação:

20001 - Superavit de Recursos Ordinários

2.500.7000 - Sem identificação de Código de Acompanhamento da Execução

Despesa LDO:63

Despesa PPA: 64

Despesas : 1113, 461, 465, 466 e 462

Para o exercício de 2026, encontra-se prevista dotação orçamentária no montante aproximado de R\$ 13.150.000,00 (Treze milhões e cento e cinquenta mil reais), destinada à execução das ações e eventos vinculados à Secretaria de Turismo e Eventos. As despesas que ultrapassarem o exercício corrente observarão as dotações consignadas no orçamento de 2027, em conformidade com os instrumentos de planejamento e programação orçamentária vigentes.

## **12. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **12.1. Reajuste**

O valor per capita ofertado pela Contratada será reajustado após 12 (doze) meses contados da data-base da proposta, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, vedada periodicidade inferior a 12 meses. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Em caso de extinção do índice, será adotado o índice substituto definido pelo órgão federal competente ou, em sua ausência, índice que reflita adequadamente a variação do poder aquisitivo da moeda.

## **12.2.   Reequilíbrio econômico-financeiro**

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro observará o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e o regime de alocação de riscos previsto no Anexo IV — Matriz de Riscos. Apenas serão admitidos pleitos fundados em fatos não atribuíveis à Contratada, supervenientes ou imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução, ou ainda em razão de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, comprovadamente onerosos.

O pleito de reequilíbrio deverá observar o que dispõem a Instrução Normativa nº 58/2022/CGM/SEGOV e a Instrução Normativa nº 68/2023/CGM/SEGOV do Município, sem prejuízo das exigências legais. A Contratada deverá demonstrar, com lastro documental, a ocorrência do fato, o nexo de causalidade entre o fato e o desequilíbrio, a extensão do impacto econômico, a sua atuação diligente e a não assunção do risco em questão. Estão expressamente afastadas do reequilíbrio as oscilações ordinárias de custos da atividade empresarial, os riscos contratualmente atribuídos à Contratada na Matriz de Riscos e os fatos cuja consequência decorra de culpa ou dolo da Contratada.

## **12.3.   Hipóteses específicas previstas na Matriz de Riscos**

A Matriz de Riscos (Anexo IV) disciplina, com gatilhos objetivos, hipóteses específicas de impacto sobre a execução, tais como (i) eventos climáticos adversos que ultrapassem os parâmetros previamente definidos (índice pluviométrico, velocidade de ventos, alertas oficiais da Defesa Civil) - na hipótese de adiamento por alerta climático oficial, o eventual ressarcimento observará a regra da Matriz de Riscos, limitando-se aos custos fixos comprovadamente incorridos até a notificação oficial, vedada a indenização por lucros cessantes; (ii) cancelamento total ou parcial do evento por motivo de força maior; (iii) alterações legais, tributárias, trabalhistas ou regulatórias com impacto material; e (iv) outras situações expressamente alocadas à Administração. Nas hipóteses cabíveis, o reequilíbrio observará a fórmula prevista na Matriz, limitada ao teto orçamentário e condicionada à comprovação dos requisitos legais.

## **13.    OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Sem prejuízo das obrigações previstas no contrato, nos anexos técnicos e na legislação aplicável, constituem obrigações da Contratada:

- executar o objeto conforme o presente Termo de Referência, seus anexos, a proposta vencedora e o contrato, observadas as normas técnicas aplicáveis, a legislação federal, estadual e municipal pertinente, e as boas práticas da gestão de eventos públicos;
- manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, comunicando à Contratante qualquer alteração que possa afetar tais condições;
- indicar Responsável Técnico Principal e Responsáveis Operacionais por evento, com poderes formais para representar a Contratada perante a fiscalização, conforme item 7.5;
- apresentar, na fase de pré-produção de cada evento, os Planos Operacional Integrado, de Segurança e Contingência, de Mobilidade e Acessibilidade, e de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, sujeitos à aprovação da fiscalização;
- cumprir integralmente o Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (Anexo VI), com a Central de Operações ativa em tempo integral durante toda a realização do evento e a entrega tempestiva do Relatório de Aferição de Público;
- executar o programa obrigatório de capacitação operacional das equipes, com carga horária mínima de 20 horas por trabalhador por evento subsequente, conteúdo programático aprovado pela fiscalização e certificação comprobatória;
- providenciar, sob sua exclusiva responsabilidade, as licenças, alvarás, autorizações e demais documentos necessários à realização de cada evento, perante os órgãos competentes (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, autoridade de trânsito, vigilância sanitária, órgãos ambientais, ECAD, conselhos profissionais e demais), com a antecedência adequada;
- providenciar e manter vigentes as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), perante CREA, CAU ou outro órgão profissional competente, para todas as estruturas temporárias, instalações elétricas, sistemas de palco e demais elementos sujeitos à responsabilidade técnica, sob pena de retenção das medições;
- contratar e manter vigente, durante toda a execução de cada evento, seguro de responsabilidade civil cobrindo danos pessoais, materiais e morais a terceiros, com limites mínimos compatíveis com o porte do evento, a serem definidos no contrato; e seguro patrimonial das estruturas temporárias, quando aplicável;
- observar integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho, fornecer e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, e responder

integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais decorrentes da execução, eximindo a Contratante de qualquer ônus relacionado;

- manter sigilo sobre informações estratégicas, sensíveis ou classificadas da Administração, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) no tratamento de dados pessoais coletados em razão do contrato, especialmente no âmbito da aferição de público;
- permitir e facilitar a atuação da fiscalização, fornecendo todas as informações, documentos e acesso às áreas de execução sempre que solicitado, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle externo;
- refazer, às suas expensas, qualquer entrega ou serviço que não atenda às especificações do contrato, dos anexos técnicos ou às determinações da fiscalização, no prazo fixado, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- apresentar, no prazo previsto no Cronograma, os Relatórios Técnico-Operacional Pós-Evento, de Aferição de Público (POP), Socioambiental Pós-Evento e demais relatórios contratualmente exigidos;
- manter endereço eletrônico válido para comunicação com a Contratante durante todo o período do contrato, informando imediatamente qualquer alteração;
- realizar a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos gerados no perímetro operacional, conforme a Lei nº 12.305/2010 e o Plano de Gestão de Resíduos aprovado;
- preservar o caráter gratuito de, no mínimo, 50% das áreas destinadas ao público em geral em todos os eventos, observada a disciplina da Seção 15 sobre exploração econômica acessória;
- apresentar e executar o Plano Econômico-Financeiro da exploração econômica acessória, com registros individualizados e auditáveis das receitas acessórias e relatórios periódicos à Administração, observada a Seção 15;
- cumprir as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos, no contrato, na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Sem prejuízo das obrigações previstas no contrato e na legislação aplicável, constituem obrigações da Contratante:

- designar formalmente o Gestor do Contrato, os Fiscais Técnicos por evento, o Fiscal Administrativo e a equipe de apoio, observado o item 7;

- disponibilizar à Contratada as informações técnicas, históricos, dados operacionais de edições anteriores e demais documentos institucionais relevantes para subsidiar o planejamento dos eventos;
- articular-se com os órgãos externos competentes (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil, autoridade de trânsito, vigilância sanitária, órgãos ambientais), nos limites de sua competência, para viabilizar a atuação coordenada na execução dos eventos;
- analisar e manifestar-se, em prazo razoável, sobre os planos, projetos, documentos, layouts e relatórios apresentados pela Contratada, observados os prazos fixados no Cronograma Detalhado;
- realizar a fiscalização técnica e administrativa do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando ocorrências, exigindo correções e atestando as medições;
- aplicar, mediante processo administrativo regular, as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa;
- efetuar os pagamentos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, observado o disposto na Seção 11;
- comunicar à Contratada, com a brevidade possível, quaisquer ocorrências, ajustes, decisões institucionais ou eventos externos que impactem a execução do contrato;
- rejeitar, total ou parcialmente, o objeto entregue pela Contratada que esteja em desacordo com as especificações do contrato e dos anexos;
- prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos solicitados, facilitando a execução do contrato.

## **15. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA ACESSÓRIA**

A Contratada poderá explorar economicamente, em caráter acessório, espaços e serviços vinculados aos eventos — patrocínios, praça de alimentação, camarotes, ativações comerciais e publicidade —, observada a disciplina jurídica detalhada a seguir e em conformidade com o art. 11, II e III, e o art. 22 da Lei nº 14.133/2021. A exploração acessória integra a estratégia econômica da contratação e contribui para a sustentabilidade financeira do modelo, sem prejuízo do interesse público primário associado à realização dos eventos.

### **15.1. Regime de autorização**

A exploração econômica acessória é juridicamente fundamentada no instrumento contratual, configurando autorização onerosa de uso de bens públicos vinculada à execução dos eventos. A Contratada deverá apresentar e submeter à aprovação prévia da SETUR, antes de cada evento, plano detalhado da exploração acessória, com (i) identificação das áreas destinadas a cada modalidade de exploração; (ii) descrição das ativações previstas; (iii) estimativa de receitas acessórias por categoria; (iv) critérios de precificação; (v) cronograma de comercialização; e (vi) modelo dos contratos a serem firmados com terceiros patrocinadores, operadores de praça de alimentação, camarotes e ativações.

### **15.2. Preservação da gratuidade mínima**

Em todos os eventos, deverá ser preservado o caráter gratuito, público e inclusivo de, no mínimo, 50% das áreas destinadas ao público em geral. As áreas exploráveis economicamente serão expressamente delimitadas no plano de exploração e nos layouts aprovados pela fiscalização, vedada a restrição indevida ao acesso gratuito do público, a obstrução das rotas de circulação, a comprometimento das saídas de emergência e a redução das áreas de visibilidade dos palcos principais.

### **15.3. Destinação das receitas acessórias**

A exploração econômica acessória configura outorga onerosa de uso de bem público, disciplinada como cláusula do contrato principal, nos termos do art. 11, II e III, e do art. 22 da Lei nº 14.133/2021 e conforme o regime jurídico fundamentado no item 2.5 do Estudo Técnico Preliminar.

As receitas decorrentes da exploração econômica acessória pertencerão à Contratada, integrando seu Plano Econômico-Financeiro, em contrapartida ao investimento na execução do objeto e à assunção dos riscos da operação, ressalvada a destinação fixada na forma deste item. A precificação dos espaços comerciais não poderá comprometer o caráter público dos eventos nem a gratuidade mínima assegurada.

A destinação das receitas e a eventual participação da Administração nos resultados da exploração observarão o critério de proporcionalidade entre as contrapartidas exigidas da Contratada e o valor econômico das áreas e serviços efetivamente explorados, aferido a partir do Plano de Exploração Acessória, da estimativa de receitas por categoria e dos registros segregados e auditáveis previstos na subseção "Transparência e prestação de contas".

A definição concreta do regime de destinação, incluída a forma e, se cabível, o percentual de participação da Administração nas receitas decorrentes de modalidades de maior expressão econômica, será estabelecida em ato motivado, precedido de manifestação específica da Procuradoria-Geral do Município no parecer jurídico do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, vedada a cessão de áreas ou a percepção de receitas em desacordo com o regime assim definido.

#### **15.4. Transparência e prestação de contas**

A Contratada deverá manter registros individualizados e auditáveis das receitas acessórias por evento, por categoria e por terceiro, e apresentar à Administração, no prazo de até 30 (trinta) dias após cada evento, relatório consolidado com (i) receitas auferidas por modalidade; (ii) cópia dos contratos firmados com terceiros (preservadas as informações sigilosas nos limites legais); (iii) comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e regulatórias incidentes sobre as receitas acessórias; e (iv) demonstração da compatibilidade da exploração com os critérios aprovados pela fiscalização.

#### **15.5. Vedações e responsabilidades**

São expressamente vedadas (i) a exploração econômica não autorizada previamente pela SETUR; (ii) a cessão de áreas a terceiros sem prévia validação da fiscalização; (iii) a comercialização que comprometa a segurança, a acessibilidade, a circulação ou a preservação do interesse público; (iv) a vinculação dos eventos a produtos, serviços ou mensagens incompatíveis com a finalidade institucional e a imagem do Município; e (v) a publicidade político-partidária ou eleitoral, observada a legislação eleitoral aplicável. A Contratada responderá integralmente perante a Administração e perante terceiros pelas obrigações assumidas no âmbito da exploração acessória, sem que se estabeleça vínculo jurídico direto entre a Administração e os terceiros explorando comercialmente os espaços.

#### **15.6. Manifestação jurídica específica**

A regulamentação detalhada da exploração econômica acessória será objeto de manifestação específica da Procuradoria-Geral do Município, no parecer jurídico previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, em razão da sensibilidade jurídica associada à utilização econômica de bens públicos.

A manifestação abrangerá, em especial, o regime de outorga onerosa, os critérios de proporcionalidade das contrapartidas e a destinação das receitas acessórias, em razão de constituírem matéria sob exame do controle externo quanto à utilização econômica de bens públicos.

## **16. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS**

A Contratada observará, em todos os eventos, requisitos de sustentabilidade ambiental como obrigações contratuais específicas, em conformidade com o art. 5º e o art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 7.746/2012 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Os requisitos previstos nesta Seção integram-se aos Indicadores de Desempenho (Anexo V — Eixo 5: Sustentabilidade e Resíduos), constituindo parâmetros verificáveis com repercussão sobre o FAD.

### **16.1. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos**

Para cada evento, a Contratada apresentará, na fase de pré-produção, Plano de Gestão de Resíduos Sólidos específico, sujeito à aprovação da fiscalização, contemplando (i) coleta seletiva no perímetro operacional; (ii) segregação por categoria; (iii) acondicionamento adequado e sinalização visível; (iv) destinação ambientalmente correta a estabelecimentos licenciados; (v) rastreabilidade documental da destinação final (manifestos, comprovantes, certificados); (vi) parceria com cooperativas de catadores de materiais recicláveis quando aplicável; e (vii) indicadores mínimos de reaproveitamento e reciclagem, com meta de desvio de aterro sempre que viável.

### **16.2. Eficiência energética e hídrica**

A Contratada adotará equipamentos de maior eficiência energética, iluminação LED nas estruturas de produção quando viável, planejamento racional de cargas elétricas, integração com a rede pública quando disponível, monitoramento documentado de consumo energético e hídrico, e medidas razoáveis de redução do consumo, observada a viabilidade técnica e operacional.

### **16.3. Emissões atmosféricas e sonoras**

Geradores e equipamentos motorizados utilizados nos eventos terão motores certificados em padrão de emissão EURO V ou superior, ou tecnologia equivalente, com

manutenção preventiva documentada. Os limites de horário, emissão sonora e pressão acústica serão rigorosamente observados, em conformidade com a legislação municipal aplicável, com a NBR 10.151 e com as autorizações específicas dos órgãos competentes.

#### **16.4. Proteção de áreas ambientalmente sensíveis**

A Contratada delimitará fisicamente e sinalizará as áreas ambientalmente sensíveis no entorno dos eventos (regiões costeiras, restinga, áreas verdes, zonas de drenagem), restringindo o acesso operacional indevido, orientando equipes e fornecedores, observando as exigências dos órgãos ambientais e adotando medidas para evitar descarte irregular, pisoteamento ou perturbação de fauna.

#### **16.5. Logística reversa e materiais reutilizáveis**

A Contratada adotará logística reversa para materiais reutilizáveis ou recicláveis (estruturas de cenografia, comunicação visual, embalagens), com priorização de materiais de menor impacto ambiental, reaproveitamento de estruturas entre eventos do ciclo e redução do uso de descartáveis de uso único quando houver alternativas viáveis. A destinação será comprovada no Relatório Socioambiental Pós-Evento.

#### **16.6. Relatório Socioambiental Pós-Evento**

A Contratada entregará, em até 30 (trinta) dias do encerramento de cada evento, Relatório Socioambiental Pós-Evento contendo, no mínimo: descrição das medidas executadas; registros fotográficos; quantitativos de resíduos coletados e destinados por categoria; comprovação documental da destinação ambientalmente adequada; informações sobre reaproveitamento, reciclagem e logística reversa; registro de não conformidades e providências corretivas; e recomendações para melhoria das edições subsequentes. O Relatório é entregável obrigatório para liquidação da Parcela Variável.

#### **16.7. Vinculação ao FAD**

O cumprimento das obrigações de sustentabilidade desta Seção integra o Eixo 5 — Sustentabilidade e Resíduos do Anexo V (KPIs), com peso de 15% no FAD. O descumprimento das metas poderá ensejar redução do FAD, aplicação de glosas e demais providências previstas na Seção 10.4 e no contrato, observados os princípios da motivação, da proporcionalidade e do contraditório.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto, pela execução irregular, pelo atraso injustificado ou pelo descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, a Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e sem prejuízo das hipóteses específicas de glosa por aplicação do FAD previstas na Seção 10.

### **17.1. Espécies de sanções**

Sem prejuízo das demais cominações legais, poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

- Advertência, quando da inexecução parcial de natureza leve;
- Multa, nas hipóteses e percentuais previstos no item 17.2;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada falta grave.

### **17.2. Multas**

Serão aplicadas multas nas seguintes hipóteses e percentuais, sem prejuízo de outras previsões contratuais específicas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado da contratação, por dia de atraso injustificado na execução dos serviços ou no cumprimento de marcos do Cronograma, limitada a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- 10% (dez por cento) do saldo contratual remanescente, em caso de inexecução parcial relevante ou desistência injustificada da execução do objeto;
- 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação atualizado, em caso de execução em desacordo com as especificações técnicas, com os anexos, com a proposta vencedora ou com as condições contratuais, quando o descumprimento for relevante e não puder ser sanado por medidas corretivas tempestivas;
- 1% (um por cento) do valor estimado da contratação atualizado, por dia de atraso na correção de serviços rejeitados pela fiscalização, limitada a 10% (dez por cento);

- 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou iniciar a execução dos serviços;
- 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor estimado da contratação, limitada a 10% (dez por cento), pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no edital e no contrato, quando não houver previsão específica;
- 1% (um por cento) do valor estimado da contratação atualizado, pela não substituição de produtos ou serviços recusados pela fiscalização no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento).

Os percentuais previstos no item 17.2 não se confundem nem se acumulam automaticamente com as glosas decorrentes da aplicação do FAD (Seção 10.4), que possuem natureza distinta — as glosas são ajuste do preço por desempenho aferido, enquanto as multas têm natureza sancionatória. A aplicação cumulativa, quando cabível, observará os princípios da proporcionalidade e da vedação à dupla penalização pelo mesmo fato.

### **17.3. Procedimento**

A aplicação das sanções observará o procedimento previsto nos arts. 158 a 163 da Lei nº 14.133/2021, com instrução de processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, garantida à Contratada a apresentação de manifestação, produção de provas e razões finais. A decisão será motivada, com indicação dos fatos, das evidências documentais, do enquadramento legal e da proporcionalidade da sanção aplicada.

As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente, se necessário, sem prejuízo da execução da garantia contratual. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão registradas nos cadastros competentes, inclusive no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da legislação municipal aplicável.

### **17.4. Indenização**

A aplicação das sanções não exclui a obrigação da Contratada de indenizar integralmente os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, em conformidade com a legislação civil, administrativa e penal pertinente.

## **18. ALOCAÇÃO DE RISCOS**

Integra o presente Termo de Referência a Matriz de Riscos constante do Anexo IV, que estabelece, nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a alocação objetiva dos riscos entre as partes, os gatilhos objetivos de acionamento dos mecanismos de mitigação e as consequências contratuais correspondentes. A Matriz dialoga sistemicamente com este Termo de Referência, com o Anexo IV (POP), com o Anexo V (KPIs) e com a minuta contratual.

### **18.1. Princípios orientadores**

A alocação observa os princípios da (i) atribuição do risco a quem melhor o gerencia; (ii) limitação ao teto de referência (R\$ 69,49/pessoa); (iii) gatilhos objetivos previamente definidos; (iv) documentação prévia, contemporânea e tempestiva; e (v) preservação da segurança jurídica, do equilíbrio contratual e da rastreabilidade decisória.

### **18.2. Riscos disciplinados na Matriz**

A Matriz disciplina, entre outros, os seguintes riscos: (R-01) mercado restrito ou licitação deserta; (R-02) eventos climáticos adversos; (R-03) cancelamento total ou parcial do evento; (R-04) inexecução parcial ou desempenho insatisfatório; (R-05) recusa de assinatura ou abandono contratual; (R-06) pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro; (R-07) conflito de interesses na avaliação técnica; (R-08) subcontratação irregular do núcleo intelectual ou estratégico; (R-09) auditoria externa e controle institucional; (R-10) aferição fraudulenta ou inconsistente de público; (R-11) alteração legal, tributária, trabalhista ou regulatória com impacto material; e (R-12) risco reputacional do Município, entre outros. As fichas individuais, com descrição, causa, consequência, probabilidade, impacto, parte responsável, gatilhos, documentos comprobatórios, medidas de mitigação e efeitos contratuais, constam do Anexo V.

### **18.3. Reequilíbrio vinculado à Matriz**

Os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro observarão a Matriz de Riscos, sendo admitidos apenas nas hipóteses cujo risco esteja expressamente alocado à Administração ou repartido entre as partes, e desde que cumpridos os gatilhos objetivos e os requisitos documentais ali previstos, conforme a Seção 12.

## **19. AFERIÇÃO DE PÚBLICO, INDICADORES DE DESEMPENHO E PROCEDIMENTO**

### **19.1. Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (POP)**

A aferição de público em cada evento observará integralmente o Protocolo Operacional Padrão constante do Anexo VI, vinculante para as partes. O POP disciplina as fontes admitidas, a metodologia de aferição, a documentação comprobatória, o procedimento de validação, as hipóteses de auditoria, as consequências em caso de aferição irregular e os princípios de rastreabilidade, convergência de fontes, predominância de medições objetivas, conservadorismo em caso de dúvida, auditabilidade e proteção de dados pessoais.

A Contratada deverá implantar, em cada evento, ao menos duas fontes primárias de aferição em pontos de entrada e saída, com integração à Central de Operações, e disponibilizar os dados em tempo real à fiscalização, observada a proteção de dados pessoais. O Relatório de Aferição de Público será entregue em até 5 (cinco) dias do encerramento do evento, sob pena de comprometimento da liquidação da Parcela Variável.

### **19.2. Indicadores de Desempenho (KPIs)**

A execução será avaliada por Indicadores de Desempenho organizados em seis eixos, conforme o Anexo V: (i) Segurança e Saúde — 25%; (ii) Aferição de Público e Operacional — 20%; (iii) Comunicação e Promoção Turística — 15%; (iv) Acessibilidade — 15%; (v) Sustentabilidade e Resíduos — 15%; e (vi) Capacitação e Equipes — 10%. Os KPIs específicos, metas, formas de aferição, periodicidade e documentação comprobatória constam do Anexo V. A apuração dos KPIs subsidia o cálculo do FAD, com repercussão sobre a Parcela Variável (Seção 10.4).

### **19.3. Procedimento de aferição**

O procedimento observará as seguintes etapas: (i) a Contratada executa, comprova e organiza as evidências; (ii) o Fiscal Técnico verifica, registra e avalia, atribuindo nota inicial por eixo; (iii) o Gestor do Contrato consolida a nota e classifica o FAD; (iv) a Contratada tem oportunidade de se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da decisão final; (v) o Gestor profere decisão motivada, com indicação dos fundamentos, das evidências documentais consideradas e do enquadramento final. Em caso de divergência, será observado o procedimento previsto no Anexo IV.

#### **19.4. Relatórios pós-evento**

A Contratada entregará, em até 30 (trinta) dias do encerramento de cada evento, os seguintes relatórios: (i) Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento, com indicadores quantitativos e qualitativos da execução; (ii) Relatório de Aferição de Público (conforme POP), em até 5 dias; (iii) Relatório Socioambiental Pós-Evento; (iv) Relatório de Comunicação e Promoção Turística; (v) Relatório de Capacitação das Equipes; e (vi) demais relatórios específicos previstos no contrato. A entrega tempestiva dos relatórios é condição para a liquidação da Parcela Variável.

### **20. GARANTIA CONTRATUAL**

Será exigida garantia de execução do contrato, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação. A exigência tem por finalidade assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas, proporcionar segurança jurídica à Administração e mitigar riscos de inadimplência ou inexecução, considerando o porte da contratação, a sua relevância estratégica e a complexidade operacional dos eventos.

O percentual de 5% foi definido de forma proporcional ao valor e à complexidade do objeto, sem configurar ônus excessivo ou desnecessário ao mercado. A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas em lei: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária. A modalidade será livremente escolhida pela Contratada, observados os requisitos do contrato.

A garantia deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, com prazo de validade compatível com o prazo total de execução, sob pena das sanções cabíveis. A garantia será liberada após o cumprimento integral das obrigações contratuais e o recebimento definitivo do último evento do ciclo, podendo ser executada total ou parcialmente para cobertura de obrigações inadimplidas, indenizações devidas, multas aplicadas e prejuízos causados à Administração.

### **21. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O prazo de vigência do contrato será de até 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura, vinculado à conclusão do escopo predefinido, assim entendido o conjunto da fase de pré-produção do primeiro evento (Marejada 2026), da execução dos quatro eventos do

ciclo 2026/2027, da fase de pós-evento do último (Festa do Colono 2027) e das atividades de aferição, medição, prestação de contas e liquidação das parcelas correspondentes, em harmonia com o item 7.1 da Minuta Contratual.

O objeto refere-se a eventos específicos e determinados do ciclo 2026/2027, não constituindo serviço de natureza continuada, razão pela qual a vigência se limita ao período estritamente necessário à conclusão do referido escopo.

A vigência poderá ser prorrogada, nos limites e condições da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para a conclusão do escopo pré definido, mediante justificativa de interesse público e ato motivado, na hipótese de atraso na entrega ou na aprovação dos relatórios pós-evento e na liquidação das parcelas por motivos não atribuíveis à Contratada. A prorrogação dependerá de aditivo ou apostilamento formal, com a respectiva justificativa, vedada sua utilização para a inclusão de novos eventos ou para a renovação do objeto, que demandarão contratação própria.

Tratando-se de contratação por escopo, aplica-se o art. 111 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não houver sido concluído no período firmado e a não conclusão não decorrer de culpa exclusiva da Contratada, mediante registro formal. A prorrogação automática destina-se exclusivamente à conclusão do escopo já contratado, não configurando continuidade do objeto nem caracterizando o contrato como de serviço continuado.

## **22. RECEBIMENTO DO OBJETO**

O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, com Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo por evento.

### **22.1. Recebimento provisório**

Realizado pelo Fiscal Técnico, em até 15 (quinze) dias do encerramento de cada evento, mediante termo circunstanciado, com verificação preliminar da execução das obrigações contratuais e identificação de eventuais não conformidades.

### **22.2. Recebimento definitivo**

Realizado pelo Gestor do Contrato, em até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, condicionado à entrega e aprovação dos relatórios pós-

evento, ao saneamento das não conformidades apontadas no recebimento provisório, à aferição final dos KPIs, à classificação do FAD e à comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais relativas ao evento.

### **22.3. Efeitos do recebimento**

O recebimento provisório autoriza o pagamento da Parcela Fixa correspondente à fase operacional, observada a Seção 11. O recebimento definitivo autoriza o pagamento da Parcela Variável líquida e, ao final do ciclo, a liberação da garantia contratual, observados o cumprimento integral das obrigações, a inexistência de pendências e o decurso dos prazos legais. O recebimento, seja provisório seja definitivo, não exime a Contratada da responsabilidade por vícios ocultos ou falhas constatadas posteriormente, dentro dos prazos legais.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Termo de Referência rege-se pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, integrando, para todos os fins de direito, o Edital de Concorrência e o instrumento contratual.

### **23.1. Vinculação da proposta técnica**

A proposta técnica vencedora vinculará a execução contratual nos aspectos que fundamentaram a pontuação atribuída no julgamento. Os compromissos assumidos na fase competitiva integrarão as obrigações fiscalizáveis durante a execução, de modo que aquilo que pontuou tecnicamente o licitante servirá também para fiscalizar, medir desempenho, aplicar glosas, exigir correções e fundamentar sanções.

### **23.2. Comunicações**

As comunicações formais entre as partes serão realizadas por meio do sistema oficial de processo administrativo eletrônico do Município, sem prejuízo da utilização do endereço eletrônico indicado pela Contratada para comunicações operacionais cotidianas. Considerar-se-ão tempestivamente apresentadas as manifestações remetidas dentro dos prazos contratuais e legais, com comprovação de envio.

### **23.3. Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí/SC para dirimir as questões oriundas do contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 quanto à solução administrativa de controvérsias antes do recurso à via jurisdicional.

### **23.4. Lei Anticorrupção e integridade**

A Contratada observará rigorosamente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), regulamentada no Município pelo Decreto Municipal nº 11.063/2017, e demais normas de integridade aplicáveis, sob pena de rescisão e responsabilização administrativa, civil e penal.

### **23.5. Proteção de dados pessoais**

O tratamento de dados pessoais decorrente da execução do contrato, especialmente no âmbito da aferição de público (POP), observará a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com adoção das medidas técnicas e organizacionais necessárias à proteção dos dados, ao registro das atividades de tratamento, ao atendimento aos direitos dos titulares e à comunicação tempestiva de eventuais incidentes de segurança.

### **23.6. Casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios gerais de direito administrativo e dos princípios gerais de direito, mediante decisão motivada da Administração, assegurada à Contratada a manifestação prévia em caso de impacto sobre suas obrigações ou direitos contratuais.

## **24. ANEXOS**

Os documentos abaixo integram o instrumento convocatório como anexos, observada a numeração oficial fixada na Relação de Anexos do Edital, à qual este Termo de Referência se reporta:

- Anexo II — Estudo Técnico Preliminar (ETP), que contém a estimativa e a memória de cálculo;
- Anexo III — Matriz de Critérios de Avaliação (MCA);

- Anexo IV — Matriz de Riscos;
- Anexo V — Indicadores de Desempenho (KPIs);
- Anexo VI — Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (POP);
- Anexo VII — Planilha de Composição de Custos;
- Anexo VIII — Minuta de Contrato;
- Anexo X — Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo XI — Modelo de Proposta Técnica.

A memória de cálculo da estimativa, o levantamento de mercado e a documentação da pesquisa de preços integram o ETP (Anexo II) e o documento autônomo 'Estimativas da Contratação — Memória de Cálculo', constante dos autos do processo.

Em caso de divergência interpretativa entre o corpo do Termo de Referência e os anexos, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, ressalvadas as matérias cuja disciplina específica esteja expressamente reservada a anexo, especialmente o POP para aferição de público, a MCA para a estrutura de pontuação técnica, os KPIs para parâmetros de desempenho e a Matriz de Riscos para a alocação de riscos.

Itajaí/SC, 09 de junho de 2026.

**Assinaturas:**

---

Diego Henrique de Jesus Oliveira  
Diretor Executivo

**Aprovação/Autorização da Autoridade Competente:**

Aprovo o presente documento, na qualidade de autoridade competente da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR, para fins de continuidade da fase preparatória e adoção das providências subsequentes necessárias à instrução do processo licitatório. A presente aprovação não se confunde com a elaboração técnica do documento, a qual compete à equipe formalmente designada.

---

Gabriela Kelm  
Secretária de Turismo e Eventos